



Informe da Participação no Tribunal da Monsanto e na Assembleia dos Povos em Haia, Holanda: síntese e alguns elementos para debate

Marcelo Firpo Porto – Membro do GT Saúde e Ambiente da Abrasco



Introdução

Entre os dias 14 e 16 de outubro de 2016 ocorreram o Tribunal da Monsanto e a Assembleia dos Povos, dois eventos interligados e simultâneos na cidade de Haia, Holanda ¹.

Através de articulações internacionais com a Associação Brasileira de Agroecologia e a Campanha Contra os Agrotóxicos e pela Vida fui contatado para falar como membro do GT Saúde e Ambiente da ABRASCO por duas razões: primeiro, em função do longo trabalho da Abrasco em torno da luta contra os agrotóxicos no Brasil, em especial por meio do livro Dossiê Agrotóxicos ²; segundo, nesta época estaria na Europa em atividade acadêmica junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Minha participação ocorreu de duas formas: como testemunha do Tribunal da Monsanto e como expositor numa mesa de debates durante a Assembleia dos Povos, o que será detalhado mais a frente. Como preparação para a participação elaborei um documento prévio e troquei ideias com o GT Saúde e Ambiente da Abrasco e com a Campanha contra Agrotóxicos, em especial com a Via Campesina e o MST, que também esteve presente em Haia através da companheira Nívia Regina da Silva.

O Tribunal Monsanto, ocorrido nos dias 15 e 16, é uma iniciativa internacional envolvendo inúmeras organizações e redes da sociedade civil, em especial organizações ambientalistas e de direitos humanos. Foi organizado com o objectivo de responsabilizar a corporação transnacional Monsanto por violações dos direitos humanos, por crimes contra a humanidade e por ecocídio em várias partes do mundo. Um dos objetivos centrais foi justamente aprofundar e conferir legitimidade ao conceito de ecocídio no âmbito de um tribunal internacional organizado por organizações da sociedade civil, porém seguindo os procedimentos clássicos do Tribunal Internacional de Justiça. Dessa forma foram convidados cinco juristas eminentes ³ de várias partes do

¹ Informações sobre os dois eventos, incluindo programas, sessões, oficinas, fotos e vídeos podem ser obtidas em <http://www.monsanto-tribunal.org/> ou ainda em português em <http://pt.monsantotribunal.org/>.

² O livro encontra-se disponível na internet em : <http://abrasco.org.br/dossieagrototoxicos>

³ http://pt.monsantotribunal.org/main.php?obj_id=302204043

mundo (Senegal, México, Argentina, Canadá e Bélgica) que, ao longo de dois dias, ouviram inúmeras testemunhas de inúmeros países de todos os continentes.

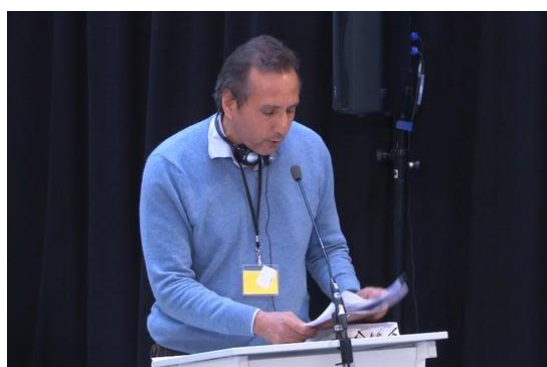
Afora especialistas de diversas áreas (ecologia, saúde pública, agricultura, direito), foram ouvidas inúmeras vítimas da empresa, em especial agricultores com problemas de saúde, prejuízos econômicos ou ameaçados por seus protestos, ou ainda pesquisadores e servidores públicos cuja atuação foi alvo de retaliação. Além de julgar a Monsanto, ainda que de forma simbólica, o Tribunal pretende contribuir para a implementação de mecanismos internacionais que permitam às vítimas das empresas transnacionais recorrerem à justiça. Juízes eminentes ouviram depoimentos de vítimas e irão proferir um parecer consultivo a ser publicizado dia 10 de dezembro, seguindo os procedimentos do Tribunal Internacional de Justiça.

Num evento paralelo, ocorreu a Assembleia dos Povos. Foi um com um formato bem mais livre que o Tribunal, um encontro de movimentos sociais, organizações e ativistas de todo o mundo que trocaram ideias e planos para o futuro para enfrentar os problemas causados pela agricultura industrial capitalista e discutir estratégias para construir um mundo sem agrotóxicos, mais justo e agroecológico, que respeite a natureza e o direito das comunidades tradicionais, camponeses e de agricultores tradicionais. Desde sexta-feira, dia 14 de Outubro, após uma sessão de abertura com nomes como Vandana Shiva, ocorreram inúmeras mesas de debate e oficinas de trabalho com as centenas de participantes. Na sexta as mesas discutiram temas como a apropriação e o envenenamento da vida, além dos ataques e ameaças a agricultores e cientistas realizados por empresas como a Monsanto. No Sábado e Domingo foram realizados três workshops sobre sementes, agrotóxicos e OGMs', os ataques à democracia e leis que protegem o planeta e a liberdade alimentar, além das novas estratégias das corporações transnacionais para estender o controle sobre as sementes, os alimentos e o planeta. No domingo foram debatidas alternativas de ações concretas, alianças e coalisões para se construir outro futuro para a alimentação dos povos num planeta mais justo, democrático e agroecológico levando em consideração a visão das pessoas, comunidades e movimentos.

O Tribunal da Monsanto e a Assembleia dos Povos tiveram cerca de 750 participantes em Haia representando 30 nacionalidades de todo o mundo, e a transmissão ao vivo dos eventos na internet, as informações nas mídias sociais e clássicas da imprensa ampliaram a divulgação das discussões ocorridas.



Participação como investigador e membro da ABRASCO



Minha participação na Assembleia dos Povos ocorreu na mesa “Poisoning Life” junto com André Leu (Presidente da IFOAM International) que falou sobre contaminação em crianças; Stephanie Seneff, pesquisadora dos EUA que abordou a relação entre autismo e substâncias tóxicas; Hans Herren (responsável pelo IAASTD e Biovision Institute) que falou sobre agricultura sem uso de agrotóxicos; e François Veillerette (da PAN- Pesticides Action Network) que falou sobre a contaminação generalizada por agroquímicos que ameaça a saúde das gerações presentes e futuras. Minha fala, de 15 minutos e feita em inglês a pedido da organização, abordou a contaminação por agrotóxicos no Brasil a partir das informações contidas no Dossiê Agrotóxicos. Os tópicos trabalhados na fala se referiram à tendência contrária no Brasil com relação ao restante do mundo de um aumento relativo no consumo de agrotóxicos decorrente do modelo agroexportador, da expansão das monoculturas e da soja transgênica; das bases da “Revolução Verde” e seus inúmeros impactos sociais, ambientais e de saúde; dos impactos à saúde, com algumas estimativas de intoxicação e mortes, dados estes que tendem a ser invisibilizados; e finalmente do duplo padrão que caracteriza a atuação das corporações transnacionais que fabricam e comercializam agrotóxicos no Brasil e América Latina. Os slides da fala encontram-se no anexo 1.

A minha fala no Tribunal, restrita a no máximo 20 minutos mais 10 minutos de debate, foi inserido no conjunto de depoimentos sobre impactos à saúde, com testemunhos de vítimas, advogados e especialistas. Posteriormente também neste dia houve depoimentos sobre impactos no solo e plantas, na saúde animal, na biodiversidade, nos agricultores e seu direito à alimentação. Além de mim nesta parte foram ouvidos testemunhos vindos da Argentina, Sri Lanka, EUA, Canadá, Austrália, Alemanha, Dinamarca, México, Índia, Bangladesh e Burkina Faso.

Em meu testemunho busquei articular aspectos políticos, epistemológicos e dados que contribuíssem para discutir não apenas o papel da Monsanto, mas dos agrotóxicos em sua relação com a saúde. Aproveitei o momento e a visibilidade do testemunho para iniciar minha fala sobre o contexto político atual no Brasil que está promovendo inúmeros retrocessos em termos de conquistas sociais e direitos humanos. Em seguida abordei a evolução da revolução verde, do agronegócio e da expansão dos grandes monocultivos no país que, junto com a introdução da soja transgênica, levaram o Brasil a ocupar desde 2008 o primeiro lugar no consumo de agrotóxicos no mundo. Destaquei o papel da Monsanto nesse processo pelo uso intensivo de glifosato, o agrotóxico mais vendido no país, e a relação imbrincada entre agronegócio e monocultivo como químico-dependentes pelo modelo de agricultura desenvolvido. Também relacionei esse modelo com os regimes autoritários e políticas econômicas excludentes, já que produz sistematicamente violações de direitos territoriais, ao meio ambiente equilibrado, à saúde, à alimentação saudável, à cultura e à vida. Também acentuei o duplo padrão praticado por inúmeras empresas, inclusive a Monsanto e a Bayer, que produzem e comercializam ingredientes ativos banidos ou não mais utilizados na Europa, EUA, Canadá e outros países. Por exemplo, dos 30 mais consumidos agrotóxicos 10 estão banidos na Europa, inclusive da Monsanto (3 ingredientes) e Bayer (25). Por fim discorri sobre os limites do uso de uma ciência clássica, normal, para a regulação dos agrotóxicos e para a geração de “evidências” nos tribunais. Há um conflito entre esse modelo de ciência e a defesa da vida, já que o princípio da inocência acaba “protegendo” muitas vezes corporações que se

defendem pela falta de certezas científicas que associem efeitos à saúde com a exposição aos agrotóxicos. Somente a aplicação do princípio da precaução e de uma ciência comprometida com a vida, que explicita as incertezas e os valores fundamentais em cenários complexos poderá contribuir para uma regulação e ações em tribunais que efetivamente possam proteger a vida e os direitos das populações.

Além de minha fala produzi um documento complementar enviado posteriormente ao júri em inglês com um resumo das evidências sobre o uso do glifosato no Brasil e seus impactos sobre a saúde e o ambiente na realidade brasileira a partir principalmente de trechos do livro Dossiê Agrotóxicos da Abrasco, acrescido de outras referências (anexo 2).

Alguns elementos para o debate

A seguir listo alguns elementos que considero importantes para futuros debates acerca dessa importante experiência ocorrida em Haia.

- ❖ O modelo do Tribunal adotado foi bem mais técnico e rígido que outros tribunais semelhantes, nos quais a participação popular é muito mais evidente, inclusive com membros da população no próprio júri. No tribunal da Monsanto foram convidados juristas com experiência internacional, porém alguns deles sem uma clara relação com movimentos sociais e com um posicionamento muito voltado para o acúmulo de evidências para a definição do crime da Monsanto. Isso foi uma estratégia adotada, possivelmente, para dar maior consistência jurídica ao argumento do ecocídio. Porém, até que ponto o modelo de tribunal adotado, ainda que relativamente popular, conseguiu avançar na visão retrógrada de conhecimento, prova e participação popular para a transformação da sociedade?
- ❖ O pedido sistemático de “provas” realizado por alguns membros do Tribunal da Monsanto tende a reforçar um modelo problemático de ciência para questões e problemas mais complexos que envolvem incertezas e valores elevados, e cuja cadeia de causalidade é múltipla, com dificuldades de se provar de forma cabal a relação causa-efeito para casos mais individuais e localizados. Há claramente tanto um conflito como um paradoxo na aplicação do princípio da presunção da inocência (ou princípio da não-culpabilidade) e do princípio da precaução. O modelo hegemônico de ciência reforça a alegação da aplicação do princípio da inocência por parte das corporações que querem fugir da responsabilidade de crimes ambientais e coletivos contra direitos fundamentais das populações e povos atingidos.
- ❖ Outra questão é até que ponto Tribunais, nos moldes como são organizados, sejam eles regionais, nacionais ou mesmo internacionais, conseguem reverter o poderio das corporações transnacionais. São poucos os casos de sucesso que acabam por defender efetivamente as populações e comunidades vítimas das empresas fabricantes de agrotóxicos e sementes transgênicas, embora haja alguns casos interessantes.
- ❖ Apesar dos problemas e questões apontadas, claramente o Tribunal da Monsanto conseguiu dar voz a inúmeras pessoas que representam comunidades e coletivos que jamais possuem audiências tão amplas para terem suas denúncias e argumentações escutadas. Houve uma grande satisfação por parte das testemunhas por poderem participar como testemunhas do Tribunal.
- ❖ É também interessante observar o importante papel de grupos de pesquisa militantes e/ou eticamente comprometidos com a defesa da vida e da saúde pública que, em alguns casos, conseguem influenciar políticas públicas mesmo em contextos altamente vulneráveis. Este foi o caso do Sri Lanka, cuja atuação de um grupo de pesquisa conseguiu fornecer argumentações que levaram ao banimento do uso do glifosato no país, sem que isso tenha destruído a agricultura nacional, contradizendo as críticas contrárias ao banimento.
- ❖ Por fim, cabe mencionar que existiu certo conflito entre a expectativa de movimentos sociais como a Via Campesina e o MST quanto ao modelo de organização do tribunal e da própria Assembleia dos

Povos. Os movimentos exigiam, com grande legitimidade, que o espaço tanto do Tribunal como da Assembleia dos Povos pudesse aprofundar e radicalizar a exigência de medidas de controle das transnacionais para além de acordos internacionais voluntários que acabam por flexibilizar o controle das corporações transnacionais como a Monsanto e outras que violentam os direitos fundamentais de povos de várias regiões do planeta, principalmente, a América Latina, África e Ásia. Por exemplo, teria sido fundamental colocar no centro dos debates da Assembleia e do próprio Tribunal o avanço de propostas como a proposição de um Tratado Vinculante no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU voltado a penalizar transnacionais.

- ❖ Há um reconhecimento por parte de movimentos como a Via Campesina de que os atuais acordos voluntários são incapazes de efetivamente dismantlar o poder das grandes corporações quando estas violentam direitos fundamentais contra os povos, camponeses e países, principalmente os localizados em regiões mais vulneráveis do planeta. O anexo 3 apresenta um documento da Via Campesina intitulado “El poder de las transnacionales y la impunidad silencian las voces de los pueblos” que aborda o tema e cita a importância da Declaração dos direitos de camponeses e pessoas que trabalham em áreas rurais que está sendo desenvolvida no Conselho de Direitos Humanos da ONU como um exemplo a ser perseguido.



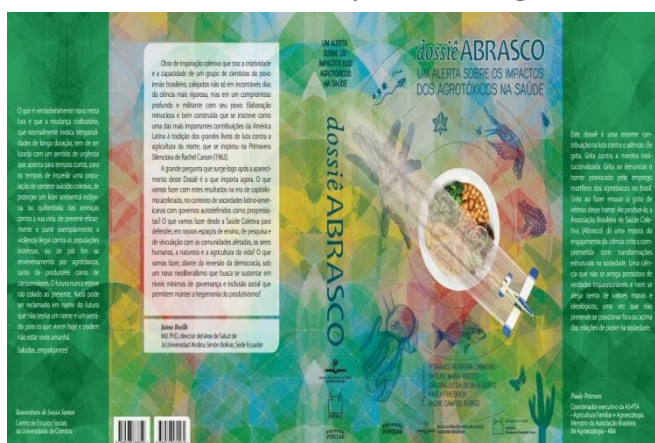
Anexo 1- Slides da Apresentação na Assembleia dos Povos

Health effects of pesticide contamination in Brazil

Marcelo Firpo Porto

ABRASCO - Brazilian Association of Collective Health

Abrasco Dossier - An alert on the impacts of Agrochemicals on Health

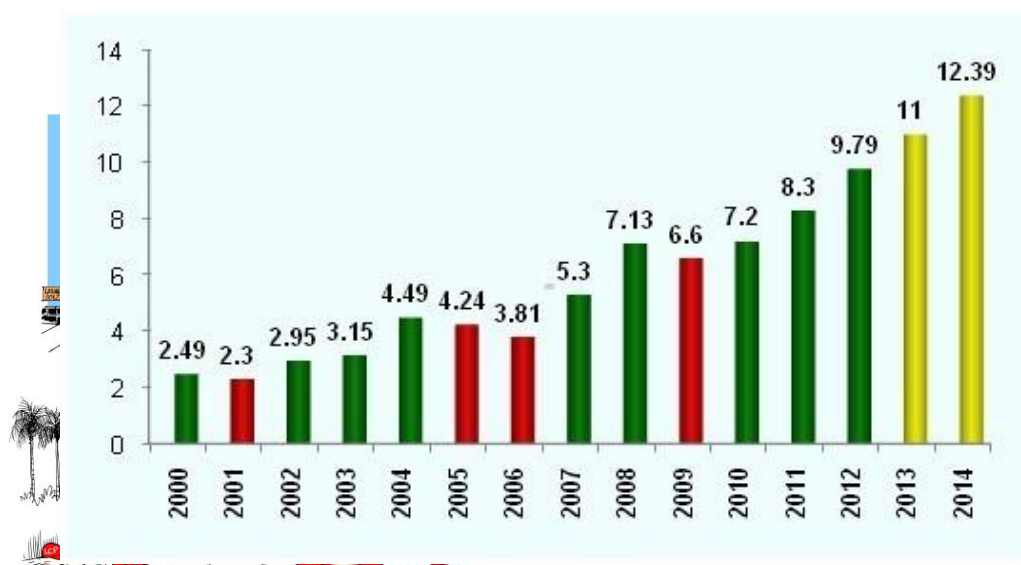


Portuguese: <http://abrasco.org.br/dossieagrotoxicos>

Spanish: <http://abrasco.org.br/dossieragrotoxicos>



Brazil - Pesticide Sales 2000-2014 (US\$ billion)



Ano	Brazil			World		
	Pesticides Sales (US\$ Mill.)	Land area planted (Mill. ha)	Pesticide/ area (US\$/ha)	Pesticides Sales (US\$ Mill.)	Land area planted (Mill. ha)	Pesticide/ area (US\$/ha)
1995	1.536	51,08	30,06	37.696,00	1.111,79	33,91
2000	2.500	49,98	50,02	32.769,00	1.124,54	29,14
2005	4.244	62,42	67,99	31.400,00	1.163,49	26,98

**"Green Revolution":
social, environmental and health impacts**



Health Impacts

- Ministry of Health estimates that more than four hundred thousand people are contaminated by pesticides each year, with for both acute and chronic intoxication.
- Between 2007 and 2011: increase of 67.4% of new non-fatal labor accidents
- Invisibility of health impacts – some examples
 - (i) Real cases of intoxication may be 50 higher;
 - (ii) Cases of suicides

Double Standards in Brazil

- 30 most consumed pesticides in Brazil, 10 are banned in Europe.
- Monsanto: 5 pesticides with 3 active ingredients (alachlor, atrazine and acetochlor) that are not allowed to be used in EU.
- Bayer: sales 113 different pesticides in Brazil but 25 of them have active ingredients banned in Europe.



Recommendations

- **Banning of agrochemicals that already are prohibited in other countries.**
- Prohibition of aerial spraying that affect many communities around monocultures.
- Strengthening international solidarity among peoples for a more just, healthy and democratic society.

THANKS

Anexo 2 – Argumentos complementares enviados para o júri do Tribunal da Monsanto

Selected materials additional to the testimony given by Marcelo Firpo Porto of ABRASCO (Brazilian Association of Public Health) to the Monsanto Tribunal.

Book Dossier Agrotóxicos (from ABRASCO – Brazilian Association of Collective Health – available in portuguese http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf)

p. 54 - Consumption of pesticides and fertilizers in crops in Brazil, from 2002 to 2011. This increasing is related mostly by the expansion of transgenic soy plantations in the country and the corresponding increase in the use of glyphosate, which corresponds to ca. 40% of pesticide sales in Brazil.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agrotóxicos (milhões de l)	599,5	643,5	693,0	706,2	687,5	686,4	673,9	725,0	827,8	852,8
Fertilizante (milhões de Kg)	4.910	5.380	6.210	6.550	6.170	6.070	6.240	6.470	6.497	6.743

p. 72 - Contamination with glyphosate in well water used for human consumption in northeastern Brazil.

P. 126 - Surveys using data from the Brazilian National System of Notified Diseases from 1996 to 2000 showed that glyphosate was one of the main pesticides present in cases of acute intoxication.

p. 136- A study published in 2007 on groundwater in the Dourados river basin in the Center-West of Brazil showed that glyphosate was the major source of contamination.

p. 246 – From about 500 Brazilian researchers who published scientific texts between 2007 and 2012 on glyphosate about 83% had focused on agricultural efficacy of glyphosate use, and only 3% had studied specific health and toxicity issues.

P. 422 - The 2005 law that created the National Technical Biosafety Commission (CTNBio) had a strong lobbying by Monsanto in order to be approved. This law is a milestone that facilitated the official introduction of transgenic seeds in Brazil.

Pp. 70-74, 132, 216, 332, 350, 360, 375, 420 - The aerial spraying of pesticides, mainly herbicides such as glyphosate, has produced several tragedies in areas adjacent to grain monocultures such as soybeans, as well as fruit, coffee and eucalyptus plantations. Schools, health units and even indigenous areas have suffered the harmful effects of aerial spraying.

P. 204- Increased incidence of cancer in rural areas of the Northeast Region most likely associated with the intensive use of pesticides

Other relevant articles related to environmental impacts of Glyphosate in Brazil

De Armas et al. Spatial-temporal diagnostic of herbicide occurrence in surface waters and sediments of Corumbataí river and main affluents. Quim. Nova, Vol. 30, No. 5, 1119-1127, 2007. See in:

https://www.researchgate.net/profile/Regina_Teresa_Monteiro/publication/279791655_Spatialtemporal_diagnostic_of_herbicide_occurrence_in_surface_waters_and_sediments_of_Corumbatai_River_and_main_affluents/links/55b2405e08ae092e96503af5.pdf

Resume: Residues of herbicides from sugarcane were monitored in waters and sediments of Corumbataí River and tributaries. Ametryne, atrazine, simazine, hexazinone, glyphosate, and clomazone were detected in water samples, with negligible levels of ametryne and glyphosate in sediment samples. The area of recharge of the Guarani aquifer presented the highest triazine and clomazone levels. The triazines were detected at higher levels, with atrazine above Brazil's potability and quality standards. Total herbicide levels at some sampling points were 13 times higher than the European Community potability limit. There is no Brazilian standard for ametryne, although the risk is larger due to ametryne's higher toxicity for the aquatic biota.

Correia, F. V., & Moreira, J. C. (2010). Effects of glyphosate and 2, 4-D on earthworms (*Eisenia foetida*) in laboratory tests. Bulletin of environmental contamination and toxicology, 85(3), 264-268. See in: <http://link.springer.com/article/10.1007/s00128-010-0089-7>

Resume: Laboratory tests were conducted to compare the effects of various concentrations of glyphosate and 2,4-D on earthworms (*Eisenia foetida*) cultured in Argissol during 56 days of incubation. The effects on earthworm growth, survival, and reproduction rates were verified for different exposure times. Earthworms kept in glyphosate-treated soil were classified as alive in all evaluations, but showed gradual and significant reduction in mean weight (50%) at all test concentrations. For 2,4-D, 100% mortality was observed in soil treated with 500 and 1,000 mg/kg. At 14 days, 30%–40% mortality levels were observed in all other concentrations. No cocoons or juveniles were found in soil treated with either herbicide. Glyphosate and 2,4-D demonstrated severe effects on the development and reproduction of *Eisenia foetida* in laboratory tests in the range of test concentrations.

VARGAS L. et al. Conyza bonariensis Biotypes Resistant to the Glyphosate in Southern Brazil. Planta Daninha, Viçosa-MG, v.25, n. 3, p. 573-578, 2007. See in: <http://www.hrac-br.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2014/02/buva-conyza-bonariensis-resistente-ao-glyphosate-na-regiao.pdf>

Resume: Horseweed (*Conyza bonariensis*) is a common weed in Rio Grande do Sul and traditionally sensitive to glyphosate. However, during the last years, some horseweed plants have not shown significant injury symptoms after treatment with glyphosate, suggesting that they are resistant to this herbicide. Aiming to evaluate the response of a population of horseweed plants to glyphosate, one field and two greenhouse experiments were carried out. The resistant biotype showed low response to glyphosate, even at very high rates, confirming resistance of this horseweed population to glyphosate.

Anexo 3 – Posicionamento da Via Campesina – El poder de las transnacionales y la impunidad silencian las voces de los pueblos

(Harare, 9 de julio 2015) LVC denuncia que **los procesos legislativos y de políticas internacionales**, de decisión supuestamente democrática y ciudadana, están cada vez más **dominados por los intereses de las grandes multinacionales** y esto con la complicidad de la clase gobernante⁴. Además, se constata una creciente criminalización de los pueblos que luchan por sus derechos y una impunidad estructural respecto a los crímenes cometidos por esas mismas transnacionales.

A nivel internacional, regional, nacional y local observamos cada vez más que **los marcos legislativos se diseñan, interpretan e implementan adaptándose a los intereses de las grandes empresas y empresas transnacionales**, a pesar de la resistencia de los movimientos y organizaciones que abogan por otros caminos y por el bien colectivo. Esto se suma a una falta de transparencia hacia la sociedad civil.

Por ejemplo, los **marcos comerciales internacionales** con mecanismos de protección de inversiones y desregulación del comercio y de la producción y el abandono de criterios sociales y sanitarios que queda patente en los actuales TTIP, TPP, CETA, APEs y TISA responden a las solicitudes de las empresas transnacionales y no a los intereses de los pueblos.

Se crea también **una confusión permanente entre el rol** de las organizaciones que representan a la sociedad civil y el interés público y el papel de aquellos que defienden los intereses privados. Se trata a las multinacionales de la misma manera que organizaciones de la sociedad civil cuando en realidad no representan a nadie, sólo buscan el beneficio de sus accionistas. Así se reduce el espacio público.

También se crean y apoyan de manera activa entidades mixtas, mesas redondas o plataformas de múltiples actores compuestos por instituciones gubernamentales, organismos de investigación, donantes, ONG y organizaciones civiles donde la autonomía de los movimientos sociales no está garantizada y mucho menos apoyada. Estos espacios obligan a diluir las posiciones y ocultan las realidades en el terreno. Un ejemplo de ello sería la ILC (International Land Coalition), un organismo que ha contado con un aumento de fondos en los últimos años y que de manera oportunista se presenta como organismo de investigación, donante y representante de la sociedad civil y que, en realidad, trabaja para mitigar los efectos negativos del acaparamiento de tierras en lugar de acabar con el acaparamiento.

Como movimiento social de campesino/as, trabajadores agrícolas, sin-tierra y pueblos indígenas nos enfrentamos a **una visión del mundo reductora y sumamente capitalista basada en paradigmas de crecimiento a cualquier precio**, a un mercado que lo dirige y resuelve todo y a un desarrollo occidental impuesto.

Este modelo incluye la privatización y mercantilización de los bienes comunes y los derechos básicos, como el agua o la alimentación. Incluye el desdén hacia los movimientos sociales y el culto a la empresa como único actor "útil" de la sociedad. La caza del beneficio privado es el factor dominante en la toma de decisiones y la visión del mundo. Se vende una visión patriarcal, capitalista, individualista y occidental del bienestar lo que nos lleva a la uniformidad en un mercado global.

En esta visión se reducen y consideran obsoletos tanto el papel como la responsabilidad de los Estados. Esto reduce la capacidad de incidencia y acción por parte de los actores de base.

Se crean **nuevos mercados** para, supuestamente, resolver los problemas que este mismo mercado ha creado. Un ejemplo sencillo de ello son los mercados de carbono (REDD) que han originado especulación, deshaucios forzados de comunidades y más contaminación, en lugar de reducir las emisiones del carbono. Se venden soluciones tecnológicas, como los transgénicos y los fertilizantes, con una falta de análisis de los poderes e intereses activos y sin visión a largo plazo. Se crean mercados de problemas sociales, como los mercados de catastro social de los afectados por represas. Aquí mencionamos los partenariados público-privados donde las empresas reemplazan a los Estados en construcciones opacas que solo benefician a estas mismas empresas. La tierra, el agua, las semillas y nuestros territorios, bienes comunes gestionados por las comunidades, se convierten en mercancías bajo el dictado del título de propiedad, el patentar la vida a través de las leyes de la tierra y semillas orquestadas, desposeyendo a las personas de sus derechos, garantes del futuro del planeta y de la humanidad.

Se llevan a cabo iniciativas con el pretexto de "la lucha contra el hambre en el mundo" con la complicidad de los países occidentales y con presión sobre muchos estados como la Nueva Alianza para la Seguridad Alimentaria y

4 <https://www.tni.org/en/briefing/state-power-2014#infographics>

Nutrición (Nasan) apoyada por el G8 o la Alianza para una Revolución verde en África (AGRA) que se integran insidiosamente en programas de desarrollo agrícola subregionales y nacionales para imponer un modelo occidental de agricultura y la introducción de transgénicos, los productos prohibidos en los países y monopolizar sus recursos naturales como la tierra y el agua.

Existe una **falta constante de soluciones estructurales y sostenibles**, debido a la presión de mantener un *status quo* o el miedo a limitar los beneficios de unos pocos.

Vivimos un **aumento de la criminalización** de sindicalistas, medioambientalistas y campesinos y campesinas que luchan por sus derechos o los de la naturaleza. Solo en Honduras hay cientos de campesinos y campesinas procesados por defender sus derechos. La violencia contra los medioambientalistas se ha incrementado exponencialmente en los últimos años.⁵

Señalamos la importancia de abrir los espacios donde se debaten y adoptan normas internacionales a las organizaciones de base y de desarrollar mecanismos de consulta, transparencia, información y divulgación liderados por estos mismos movimientos. Aquí mencionamos la Declaración de derechos de los campesinos y personas trabajando en zonas rurales que se está desarrollando en el Consejo de Derechos Humanos de la ONU como ejemplo positivo⁶.

Necesitamos nuevos **procesos de democratización participativos**, transparentes desde la base, que nos permitan ejercer la soberanía del pueblo en el mundo de hoy y no lo opriman.

Necesitamos **mecanismos internacionales, regionales, nacionales vinculantes para frenar los crímenes contra la humanidad por parte de las empresas transnacionales**. En este sentido, damos la bienvenida a la iniciativa en el Consejo de DDHH que tiene como meta adoptar un Tratado vinculante para llevar a juicio las transnacionales y apoyamos la Campaña para dismantelar el poder corporativo⁷.

Reconocemos que el rol de los Estados es de representar el interés de los pueblos. Por lo tanto, el Estado tiene el deber de oponerse a toda política o tratado internacional que menoscabe los derechos humanos y su propia soberanía. Hace falta fortalecer la soberanía y responsabilidad de los Estados, no socavarla a nivel internacional.

Desde La Vía Campesina abogamos por la soberanía alimentaria como utopía insurgente a este sistema explotador. Construimos nuestras alternativas de manera solidaria todos los días desde abajo.

5 http://www.democracynow.org/2015/4/22/how_many_more_116_environmental_defenders

6 <http://defendingpeasantsrights.org/>

7 <http://www.stopcorporateimpunity.org/>